

Teologia sem reificação: critérios metodológicos para o discurso teológico sob os limites da linguagem

Theology without reification: methodological criteria for theological discourse under the constraints of language

Abdruschin Schaeffer Rocha¹

Resumo: O artigo propõe um quadro metodológico para qualificar o dizer teológico sob os limites da linguagem, recusando tanto o pressuposto de transparência representacional (linguagem como “espelho”/“canal”) quanto a dissolução relativista dos critérios. Partindo da teologia como prática interpretativa historicamente situada e buscando preservar responsabilidade epistêmica, o estudo consiste em formular a antirreificação como critério-mãe, de modo a impedir o colapso entre enunciado, sentido e referente, ou seja, entre formulação, inteligibilidade e realidade visada. A fim de tornar o critério operável, derivam-se três exigências metodológicas — *revisabilidade*, *vigilância semântica* e *responsabilidade hermenêutica* — articuladas a um protocolo de leitura/avaliação do enunciado teológico que possibilita 1) classificação do ato discursivo (incluindo performatividade), 2) mapeamento regulativo da tríade signo-sentido-referente, 3) rastreamento de trocas de registro e derivações semânticas, 4) explicitação de percursos interpretativos e autoridades mobilizadas, 5) teste de revisabilidade e 6) diagnóstico do risco de desvio duplo (absolutização conceitual *versus* indiferença criterial). Portanto, o artigo oferece um dispositivo aplicável à autocrítica teológica e à pesquisa acadêmica, indicando como evitar a absolutização conceitual sem recair em dissolução criterial.

Palavras-chave: antirreificação; metodologia teológica; linguagem religiosa; hermenêutica; semiótica.

Abstract: This article proposes a methodological framework for qualifying theological discourse under the conditions imposed by the limits of language, rejecting both the assumption of representational transparency (language as “mirror”/“conduit”) and the

¹ Formado em teologia e filosofia; mestre e doutor em teologia; professor no curso de teologia e no Programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória (PPGPCR); coordenador adjunto do PPGPCR. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7702-8392>.

relativist dissolution of criteria. Proceeding from theology as a historically situated interpretive practice and aiming to preserve epistemic responsibility, the study formulates anti-reification as a master criterion designed to prevent the collapse between utterance, sense, and referent - that is, between formulation, intelligibility, and the reality intended. To render this criterion operational, three methodological requirements are derived—revisability, semantic vigilance, and hermeneutical responsibility—and integrated into a protocol for reading and assessing theological claims. This protocol enables: (1) classification of the discursive act (including performativity); (2) a regulative mapping of the sign–sense–referent triad; (3) tracing register shifts and semantic drift; (4) explicating interpretive trajectories and invoked authorities; (5) testing revisability; and (6) diagnosing the risk of a double deviation (conceptual absolutization vs. criterial indifference). The article thus offers an applicable device for theological self-critique and academic research, indicating how to avoid conceptual absolutization without collapsing into criterial dissolution.

Keywords: anti-reification; theological methodology; religious language; hermeneutics; semiotics.

Introdução

A relação entre teologia e linguagem é frequentemente tratada como um tema lateral, como se a linguagem funcionasse apenas como um meio neutro de “expressar” conteúdos previamente dados. Esse pressuposto — aqui sintetizado como “modelo do espelho” — tende a sustentar, de modo explícito ou implícito, uma expectativa de transparência: se os termos forem suficientemente corretos, então a formulação teológica alcançaria seu referente “assim como ele é”. No entanto, tanto a reflexão contemporânea sobre linguagem quanto a própria experiência histórica do discurso teológico sugerem o contrário: a linguagem não é mero canal, mas condição de possibilidade e, simultaneamente, limite constitutivo da inteligibilidade. A consequência, para a teologia, é decisiva: sem um controle crítico de suas mediações linguísticas, o discurso teológico se expõe ao risco de reificação, isto é, à identificação indevida entre suas formulações (conceitos, proposições, doutrinas etc.) e a realidade à qual pretende referir-se.

Este artigo assume como problema de pesquisa a seguinte questão: quais critérios metodológicos mínimos permitem qualificar o discurso teológico como epistemicamente responsável, quando se reconhece a não-transparência da linguagem e se rejeita a ideia de que conceitos “espelham” seu referente? A hipótese que orienta a argumentação é que a antirreificação deve ser tomada como critério-mãe: a teologia, enquanto interpretação histórica da fé, só preserva sua responsabilidade epistêmica quando impede o colapso entre linguagem e realidade (conceito $\neq$ Deus; doutrina $\neq$ o divino) e, a partir dessa interdição fundamental, organiza a produção e a avaliação de seus enunciados por princípios derivados, tais como *revisabilidade*, *vigilância semântica* e *responsabilidade*

hermenêutica (explicitação de pressupostos, operações interpretativas e efeitos discursivos).

O objetivo geral é, portanto, propor um quadro metodológico antirreificante (necessariamente conciso e aplicável) para orientar a construção e o exame crítico de enunciados teológicos sob o regime dos limites linguísticos. De modo específico, busca-se: a) delimitar a teologia, aqui, como prática interpretativa e histórica, distinguindo-a de pretensões de acesso imediato ao divino; b) explicitar por que o modelo do espelho alimenta patologias recorrentes do discurso teológico; c) fundamentar a necessidade de critérios mínimos de controle crítico; e d) apresentar esses critérios de modo operacional.

O referencial teórico é mobilizado em forma de constelação, ao modo de sustentação argumentativa (não de inventário exaustivo). A crítica ao modelo do espelho e à expectativa de transparência da linguagem fornece o pano de fundo para explicitar o risco de reificação; a noção de texto como instância cultural com funções que excedem a mera transmissão — comunicativa, geradora de sentido e mnemônica — contribui para situar o discurso teológico como prática atravessada por memória, produção de novos sentidos e assimetrias interpretativas; além disso, a discussão sobre a tríade signo–referente–significado oferece um instrumento analítico mínimo para evitar confusões categóricas que, na teologia, se traduzem em absolutizações e imunizações contra crítica.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa teórico-conceitual de caráter crítico-argumentativo, que: reconstrói um problema (a reificação como efeito de um pressuposto linguístico), formula uma hipótese metodológica (antirreificação como critério-mãe) e propõe critérios derivados com pretensão de aplicabilidade na avaliação de enunciados teológicos. O objetivo, neste artigo, não é oferecer uma aplicação extensiva do protocolo, mas explicitar seus pressupostos e formalizar seu alcance metodológico. Sua aplicação a casos concretos constitui desdobramento posterior da pesquisa.

Este texto também assume uma delimitação estratégica: ele não pretende esgotar, em profundidade, três vetores que serão posteriormente desenvolvidos em artigos autônomos, evitando sobreposição argumentativa e repetição extensiva de conteúdo. Assim, o presente artigo estabelece um quadro geral sobre a discussão em pauta e reserva para trabalhos subsequentes o aprofundamento do paradigma cartográfico (mapa ≠ território) como formalização do anti-colapso entre linguagem e realidade, a exploração da teologia como hermenêutica do evento, enfatizando excedência do nome e revisabilidade, e a análise crítica da linguagem teológica a partir das metáforas da “casa”, da “gaiola” e do “silêncio”, com foco em efeitos discursivos e disciplina do dizer.

Em termos de itinerário da pesquisa, o artigo está organizado em quatro movimentos: a primeira seção delimita o estatuto interpretativo do dizer teológico; a segunda explicita a crítica ao modelo do espelho e o nexos entre transparência linguística e reificação; a terceira situa o discurso teológico no

horizonte cultural do texto e da produção de sentido; a quarta apresenta o quadro metodológico antirreificante (critério-mãe e critérios derivados).

1. Teologia como interpretação: delimitação do objeto e estatuto do “dizer teológico”

1.1. Teologia não como acesso imediato, mas como prática interpretativa

A discussão sobre uma teologia que se construa nos limites da linguagem não pode se dissolver em generalidades, o que significa que é necessário delimitar, desde o início, o sentido operante neste artigo. Aqui, teologia é compreendida primariamente como prática interpretativa.² Ou seja, como atividade reflexiva que busca tornar inteligível, comunicável e criticável uma determinada experiência de fé e suas tradições (textuais, doutrinárias, litúrgicas e comunitárias). Essa opção teórica se apoia no horizonte hermenêutico para o qual compreender não é um ato neutro, mas um acontecimento histórico atravessado pela linguagem e por tradições que nos antecedem, de modo que a linguagem não funciona como mero “revestimento” de conteúdos já prontos, mas como condição de possibilidade de sua articulação e discussão pública.³

Essa delimitação permite distinguir, de maneira operacional, entre *experiência* e *interpretação da experiência*. Na experiência, evidentemente podem ocorrer momentos de indizibilidade, ruptura, silêncio, assombro, afeto, transformação etc.; já na teologia, tais experiências são necessariamente transpostas para formas discursivas: conceitos, metáforas, narrativas, doutrinas, argumentações, sistemas. Logo, falar em limites da linguagem não significa afirmar que a teologia “falha” por não capturar integralmente seu objeto — como se a linguagem devesse ser um instrumento transparente de captura —, mas sustentar algo mais rigoroso: sendo a teologia interpretação, seus limites linguísticos não são acidente externo, mas condição constitutiva do seu próprio modo de existir.

Dito de outro modo: o problema não é que “a linguagem atrapalha a teologia”, mas como a teologia deve operar sabendo que só opera nos limites da linguagem. Essa mudança de pergunta desloca o debate do registro do lamento (a linguagem como insuficiência) para o registro metodológico: quais critérios tornam o dizer teológico responsável quando se reconhece que ele é sempre mediação, recorte, seleção e forma.

² GEFFRÉ, Claude. *Como fazer teologia hoje: hermenêutica teológica*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989, p. 6, 17, 68, *passim*.

³ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 415-587.

1.2. O estatuto linguístico do discurso teológico: mediações, formas e pretensões

Assumir que teologia é interpretação não equivale a reduzi-la à opinião ou mesmo a dissolver suas pretensões. A teologia argumenta, avalia leituras, hierarquiza sentidos, propõe discernimentos. E é exatamente por isso que precisa explicitar o estatuto do seu dizer: com que tipo de racionalidade opera, de onde vêm seus critérios e como controla o risco de confundir aquilo que formula com aquilo a que pretende referir-se.

Aqui, um ponto precisa ser sublinhado: o discurso teológico não se realiza em um único “tipo” de linguagem. Ele mobiliza linguagem bíblica (mediada por tradução e exegese), linguagem filosófica (conceitos, distinções, inferências), linguagem litúrgica (performativa), linguagem ética e política (normatividade), além de registros poéticos e narrativos. Essa pluralidade faz com que a teologia, mesmo quando busca precisão, opere num campo em que a inteligibilidade depende de gêneros discursivos, de práticas de leitura e de tradições semânticas compartilhadas.

É justamente nessa zona que se torna indispensável reconhecer o papel estruturante da metáfora na linguagem religiosa: metáforas não são apenas ornamentos ilustrativos, mas operações que reconfiguram campos de sentido, permitindo dizer o que não se deixa dizer por via puramente definicional, ao modo de uma “inovação semântica”.⁴ Esse reconhecimento não enfraquece o pensamento teológico; ao contrário, torna-o mais autoconsciente quanto ao tipo de racionalidade que efetivamente pratica, e, portanto, mais capaz de justificar seus procedimentos diante dos vários interlocutores com os quais dialoga.

1.3. Antirreificação como critério-mãe: por que o dizer teológico precisa impedir o colapso entre linguagem e realidade

Uma vez reconhecida a constituição linguística do discurso teológico, torna-se possível justificar por que a antirreificação deve operar como critério-mãe. Se a teologia existe como discurso interpretativo, ela está sempre exposta ao risco de colapsar a diferença entre o que diz e aquilo sobre o que diz; entre o enunciado e a realidade à qual o enunciado se refere. Evoca-se aqui, inevitavelmente, o caráter arbitrário do signo — compreensão mais ou menos unívoca nos estudos contemporâneos da linguagem —, mas não necessariamente como em Saussure,

⁴ Cf. RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015. Embora opere a partir da tradição da filosofia analítica da religião e defenda um “realismo crítico”, Janet Martin Soskice, em *Metaphor and religious language*, consolida teológica e epistemologicamente o caminho aberto pela hermenêutica de Ricoeur. A autora demonstra que a metáfora não é um mero déficit descritivo, mas condição de possibilidade para sustentar o discurso religioso sem recair na reificação conceitual. Assim, Soskice utiliza o poder refigurativo da linguagem para falar do divino de forma afirmativa, porém sem a pretensão ilusória de capturá-lo ou defini-lo literalmente (cf. SOSKICE, Janet Martin. *Metaphor and religious language*. Oxford: Oxford University Press, 1985).

que abandona o mundo das coisas em favor da estrutura linguística.⁵ Apoiando-se, por exemplo, na distinção ricoeuriana entre sentido e referência, compreende-se que o discurso teológico não se encerra em sua estrutura gramatical; ele pretende um mundo, afinal, o discurso teológico não é apenas “forma”, mas “dizer algo sobre algo”. No entanto, o “excesso de significação” próprio do dizer sobre o divino exige que a referência nunca seja confundida com a formulação linguística, tal como prenuncia Ricoeur em sua *Teoria da Interpretação*.⁶ Quando esse colapso acontece, a teologia perde precisamente aquilo que torna sua racionalidade defensável: a possibilidade de distinção crítica entre formulação e referente, entre tradição e realidade, entre a doutrina e aquilo que a doutrina tenta orientar. É justamente para denunciar esse perigo que Jean-Luc Marion adverte sobre o risco da “idolatria conceitual”: ao confundir o divino com o conceito que o nomeia, o discurso teológico rebaixa o mistério à medida da própria linguagem, fabricando um “ídolo” que paralisa e encerra a compreensão em si mesma, quando a formulação deveria operar como um “ícone”, que se deixa atravessar por aquilo que o excede e não se deixa aprisionar. Portanto, a doutrina deveria “orientar” para o divino, e não “substituir” o divino. Nas palavras de Marion:

Quando um pensamento filosófico exprime um conceito daquilo que então nomeia “Deus”, esse conceito funciona exatamente como um ídolo. Ele se dá a ver, mas, justamente por isso, dissimula-se ainda melhor como o espelho no qual o pensamento, de modo invisível, fixa seu ponto de mira; assim, o invisível se vê desqualificado e abandonado, por um alvo suspenso no conceito fixo. O pensamento se congela, e surge o conceito idólatra de “Deus”, no qual, mais do que a Deus, o pensamento julga a si mesmo (tradução nossa).⁷

Em suma, Marion quer mostrar que a idolatria conceitual ocorre quando o pensamento faz do conceito a medida do divino. Nesse caso, a formulação já não remete para além de si mesma, mas reconduz o discurso ao horizonte que a

⁵ Saussure “encerra” o signo em si mesmo (Significante/Significado), deixando o referente (a realidade externa) fora da análise linguística. Ou seja, ele pressupõe o estudo da língua como um sistema científico e, para tal, coloca a realidade física (o mundo das coisas) entre parênteses. Afinal, para ele, a linguística deveria se ocupar da língua (*la langue*), e não das coisas que a língua nomeia (cf. SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2006, p. 79-93.).

⁶ RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 2005.

⁷ “When a philosophical thought expresses a concept of what it then names ‘God,’ this concept functions exactly as an idol. It gives itself to be seen, but thus all the better conceals itself as the mirror where thought, invisibly, has its forward point fixed, so that the invisible finds itself, with an aim suspended by the fixed concept, disqualified and abandoned; thought freezes, and the idolatrous concept of ‘God’ appears, where, more than God, thought judges itself.” (MARION, Jean-Luc. *God without being: hors-texte*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 16).

produziu, desqualificando aquilo que a excede. O problema, portanto, não está em conceituar, mas em absolutizar o conceito, fazendo-o funcionar como espelho do pensamento em vez de mediação aberta ao invisível.

Por “reificação”, entende-se, aqui, a tendência de tratar produções linguísticas — conceitos, proposições, esquemas doutrinários — como se coincidissem com a realidade referida; no limite, como se um conceito de Deus pudesse funcionar como substituto de Deus. Esse deslocamento não é apenas um problema “retórico”; é uma patologia metodológica, porque falha no controle das mediações e, com isso, tende a imunizar o discurso contra crítica, revisão e reinterpretação, como se a formulação fosse a própria realidade.

A antirreificação, portanto, não é uma modéstia ornamental. Ela é uma regra de responsabilidade epistêmica que impede duas derivações igualmente problemáticas: a “absolutização conceitual”, na qual fórmulas passam a operar como capturas do real e toda crítica se torna ameaça externa; e o “ceticismo dissolvente”, no qual o reconhecimento do limite linguístico é instrumentalizado para neutralizar qualquer critério, como se toda formulação fosse equivalente a qualquer outra. Contra esses extremos, a crítica de Theodor Adorno ao “pensamento da identidade” revela-se um instrumento eficaz. Ao denunciar a violência de um sistema que confunde o conceito com o objeto, Adorno exige uma dialética que resguarde o “não-idêntico”, obrigando o pensamento a usar seus próprios conceitos para apontar os limites da conceituação. Assim, ao sustentar a diferença entre linguagem e realidade sem abdicar da pretensão de sentido e do rigor reflexivo, a antirreificação preserva a tensão produtiva entre compromisso e crítica.⁸

Também é digna de nota a contribuição de George Lindbeck, na medida em que nos ajuda a explicitar por que esses dois riscos são estruturalmente recorrentes: ao criticar, de um lado, o modelo proposicional-cognitivista (no qual doutrinas operam como descrições que pretenderiam “capturar” o real) e, de outro, o modelo experiencial-expressivo (no qual doutrinas seriam apenas traduções contingentes e intercambiáveis de uma experiência religiosa supostamente universal), Lindbeck mostra como a teologia pode oscilar entre a absolutização conceitual e o ceticismo dissolvente; sua alternativa — o modelo cultural-linguístico, em que doutrinas funcionam primariamente como gramática (regras de uso) que configuram práticas, identidades e critérios internos de inteligibilidade — preserva a possibilidade de normatividade e discernimento sem converter fórmulas em equivalentes do próprio referente, oferecendo, assim, uma base teórica precisa para a exigência antirreificante de

⁸ Para Adorno, manter essa “distância” é um ato de honestidade intelectual e resistência contra o autoritarismo do pensamento pronto. Portanto, é a base filosófica para uma “responsabilidade epistêmica” (cf. ADORNO, Theodor W. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009).

sustentar a diferença entre linguagem e realidade sem abdicar da pretensão de sentido.⁹

Dessa matriz derivam, como exigências operacionais a serem desenvolvidas adiante, pelo menos três critérios: *revisabilidade* (enunciados corrigíveis e abertos a reinterpretação), *vigilância semântica* (atenção a deslocamentos de sentido e inflação conceitual) e *responsabilidade hermenêutica* (explicitação de pressupostos, tradições e operações interpretativas).

2. Contra o “espelho”: por que a linguagem não garante acesso transparente ao real

2.1. O modelo do “canal” e suas insuficiências

No senso comum, a linguagem tende a ser imaginada como um “canal” (*conduit*): um conteúdo prévio (um “pensamento” ou um “dado”) seria codificado em palavras, transmitido, e então decodificado pelo interlocutor. Esse imaginário popularizou-se a partir da transposição indevida de modelos da engenharia — como a princípio o propuseram Claude Shannon e Warren Weaver — para a comunicação humana, de modo que, quando o processo falha, supõe-se ingenuamente que o problema reside apenas em ruídos mecânicos, ambiguidades ou má escolha de termos na transmissão do “pacote” de informações.¹⁰ Embora esse modelo seja tecnicamente útil em contextos de engenharia da comunicação, ele se torna filosoficamente problemático quando passa a operar como teoria implícita do significado, pois sugere que o sentido está “pronto” antes da linguagem e que falar é, essencialmente, transportar representações já constituídas.

Para a teologia, a consequência é metodologicamente sensível: se a linguagem é tratada como “canal”, a atividade teológica pode ser confundida com a condução fiel de um conteúdo supostamente pré-linguístico (ou supralinguístico) para dentro de fórmulas progressivamente mais adequadas,

⁹ LINDBECK, George A. *A natureza da doutrina: religião e teologia em uma era pós-liberal*. Campinas: Aldersgate, 2022. Para maiores detalhes sobre a teoria cultural-linguística de Lindbeck, no contexto do pensamento ficcional, ver o artigo: ROCHA, Abdruschin Schaeffer; ROCHA, Alessandro Rodrigues. O pensamento ficcional e seus desdobramentos na formulação dos discursos teológicos. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 16, n. 51, p. 1107-1127, set./dez. 2018.

¹⁰ SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. *The mathematical theory of communication*. Urbana: University of Illinois Press, 1949. A crítica definitiva na área de linguagem a esse modelo de Shannon e Weaver foi feita pelo linguista Michael Reddy em 1979, a partir da “metáfora do canal”. Reddy demonstrou que a língua ocidental está viciada em tratar ideias como *objetos*, palavras como *recipientes* e a comunicação como *envio* (REDDY, Michael J. The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language. In: ORTONY, Andrew (Ed.). *Metaphor and thought*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 164-201.). Essa ilusão (a metáfora do canal) é a base de toda reificação teológica: a crença de que a palavra “Deus” é um recipiente que carrega em seu interior o próprio Deus e o entrega ao ouvinte.

como se a tarefa principal fosse meramente “reduzir perda” na transmissão. Desconstruindo essa ilusão de acesso direto, David Tracy demonstra de modo contundente que não existe “dado puro” na fé cristã; o labor teológico exige o exame crítico e constante das inescapáveis mediações históricas, semânticas e institucionais que tornam o discurso inteligível e normativo para os seus diferentes públicos.¹¹

2.2. O modelo do espelho como pressuposto: representação, transparência e ilusão de captura

O “modelo do canal”, quando radicalizado, desemboca no que se pode chamar de “modelo do espelho”: a suposição de que a função principal da linguagem (e do conhecimento) é representar o real, de modo que a qualidade racional do discurso dependeria do seu grau de correspondência exata com aquilo que está “fora” dele. O ganho de mobilizar Richard Rorty, para os propósitos deste artigo, é justamente a sua síntese crítica que torna visível a força cultural desse pressuposto representacionalista. Para o filósofo, o espelhismo não é apenas uma tese acadêmica isolada, mas um hábito epistêmico profundo que orienta expectativas.

São as imagens mais que as proposições, as metáforas mais que as afirmações que determinam a maior parte de nossas convicções filosóficas. A imagem que mantém cativa a filosofia tradicional é a da mente como um grande espelho, contendo variadas representações — algumas exatas, outras não — e capaz de ser estudado por meio de métodos puros, não-empíricos. Sem a noção da mente como espelho, a noção de conhecimento como exatidão de representação não se teria sugerido.¹²

Na teologia, isso se traduz na perigosa expectativa de que, se apenas encontrarmos a formulação “correta”, teremos enfim a representação definitiva e adequada do que as coisas - ou o próprio Deus - essencialmente são.

O problema teologicamente decisivo é que, sob o espelhismo, a normatividade tende a ser reconduzida ao ideal de captura proposicional. Nessa chave, as fórmulas seriam boas na medida em que “fixassem” o referente, e a crítica seria percebida como ataque ao próprio real, não como revisão legítima das mediações linguísticas. O resultado é um deslocamento do centro da discussão: em vez de perguntar *como* os enunciados teológicos produzem sentido, regulam práticas, estabilizam memórias e autorizam leituras, passa-se a

¹¹ TRACY, David. *The analogical imagination: Christian Theology and the culture of pluralism*. New York: Crossroad, 1981.

¹² RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 27.

perguntar apenas se a proposição *espelha* corretamente o divino — isto é, se ela descreve o real sem deixar resíduo.

É nesse ponto que é preciso acrescentar uma observação que tem implicações significativas para o nosso objetivo de uma perspectiva antirreificante: a metáfora do espelho pressupõe que o enunciado é, por natureza, *descritivo* (um retrato do mundo), quando, na prática, uma parte significativa da linguagem opera de modo *performativo* — isto é, ela faz coisas ao ser proferida, institui compromissos, autoriza, interdita, confere pertencimento, produz efeitos normativos.¹³ A teologia, ao lidar com linguagem doutrinal e eclesial, é particularmente exposta a esse ponto: muitas de suas fórmulas não apenas *informam*, mas *instituem* regimes de legitimidade, demarcam fronteiras e organizam práticas; logo, tratá-las como meras descrições pode ocultar justamente o que nelas há de mais decisivo para a vida teológica e para sua crítica.

2.3. Distinção analítica mínima para evitar confusões: signo, referente e significado

A crítica ao espelho, no entanto, só se torna metodologicamente produtiva para a teologia quando se traduz em uma distinção analítica mínima que permita vigiar os colapsos típicos do discurso religioso. O mínimo necessário, aqui, é distinguir: o signo/enunciado (a formulação efetivamente proferida: conceito, proposição, metáfora, doutrina), o referente/objeto (aquilo a que se pretende referir ao falar: o divino, Deus, a realidade de fé) e o significado/sentido (a inteligibilidade do enunciado no interior de práticas interpretativas concretas: o que se compreende, como se usa, quais inferências ele autoriza). Peirce é necessário aqui por uma razão simples: em sua arquitetura triádica, ele permite reconhecer a presença do objeto (isto é, do referente) sem recair na ilusão de acesso transparente, uma vez que a relação com o objeto é sempre mediada pelo “interpretante” - ou seja, por contínuos processos de interpretação e pela consolidação de hábitos semióticos.¹⁴ Com isso, a teologia pode sustentar duas coisas ao mesmo tempo - e ambas são essenciais à proposta deste artigo: a) ela pode manter uma pretensão de referência (a teologia não fala apenas “sobre palavras”, mas pretende dizer algo sobre Deus e sobre a realidade de fé); b) ela pode recusar o colapso espelhista, reconhecendo que o referente não é capturado pela forma linguística e que o sentido é regulado por usos, tradições e práticas interpretativas.

Essa distinção mínima tem uma função antirreificante imediata: ela impede que o discurso trate o enunciado como se fosse o referente (fórmula = realidade) e impede, igualmente, que o leitor confunda a experiência de inteligibilidade (o

¹³ Cf. AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

¹⁴ PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

sentido estabilizado por uma comunidade) com garantia de acesso pleno ao real (o referente). Em termos metodológicos, trata-se de uma “salvaguarda analítica” contra dois equívocos que, em teologia, são particularmente custosos: transformar doutrinas em “imagens fiéis” do divino; reduzir a discussão teológica a uma disputa de sentidos internos, como se referência e responsabilidade epistêmica pudessem ser descartadas. É precisamente essa salvaguarda pragmática que Umberto Eco, lendo Peirce, consagra em *Os limites da interpretação*: a interpretação pode ser um processo aberto, mas o hábito consolidado pela comunidade e a resistência do próprio objeto impõem um limite ao delírio relativista, garantindo que o discurso mantenha sua ancoragem no real.

Dizer que um texto é potencialmente sem fim não significa que *todo* ato de interpretação possa ter um final feliz. Até mesmo o desconstrucionista mais radical aceita a idéia [*sic*] de que existem interpretações clamorosamente inaceitáveis. Isso significa que o texto interpretado impõe restrições a seus intérpretes. Os limites da interpretação coincidem com os direitos do texto (o que não quer dizer que coincidam com os direitos de seu autor).¹⁵

2.4. Patologia teológica derivada: reificação conceitual

Com o espelhismo diagnosticado e a distinção mínima em mãos, é possível explicitar a patologia que interessa diretamente à tese central do artigo: a reificação conceitual. Ela ocorre quando se abole — na prática do discurso — a diferença entre enunciado, sentido e referente, fazendo com que a fórmula funcione como se fosse a própria realidade, e não como mediação interpretativa histórica e revisável. A reificação, assim entendida, não é apenas um excesso de “convicção”; é uma falha de vigilância metodológica: a linguagem deixa de ser reconhecida como linguagem, e passa a operar como substituto do real. Na teologia contemporânea, essa patologia foi diagnosticada por Paul Tillich sob o signo do “literalismo” e da “idolatria”: ao privar a linguagem de sua natureza tensional e fundir o símbolo finito (o enunciado) com a “preocupação última” (o referente) para a qual ele aponta, o discurso teológico reifica o divino e comete o que poderíamos chamar de “assassinato da fé”.¹⁶

Esse colapso pode aparecer em dois extremos que a antirreificação visa bloquear. No primeiro, a teologia assume (explícita ou implicitamente) que a função das fórmulas é capturar o referente; a crítica, então, deixa de ser parte interna do trabalho racional e passa a ser percebida como ameaça externa ao próprio objeto de fé. No segundo extremo, o reconhecimento de que não há espelho é instrumentalizado como autorização para um relativismo metodológico: se tudo é linguagem e mediação, então não haveria critérios para

¹⁵ ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010, p. XXII.

¹⁶ Ver, por exemplo, TILLICH, Paul. *Dinâmica da fé*. São Leopoldo: Sinodal, 1985, p. 37-38.

distinguir entre formulações mais ou menos responsáveis, coerentes ou adequadas — e o discurso teológico se dissolve num pluralismo indiferente. O filósofo Richard Bernstein denominou essa falsa dicotomia de “ansiedade cartesiana”: a ilusão paralisante de que ou possuímos um fundamento espelhado absoluto ou estamos inevitavelmente condenados ao abismo do vale-tudo irracional, ignorando que o abandono da captura ontológica não destrói a normatividade, mas a ressitua na responsabilidade de uma práxis hermenêutica rigorosa.¹⁷

A contribuição de Lindbeck é decisiva para sustentar, teologicamente, por que esses extremos são recorrentes: ao criticar tanto o modelo proposicional (doutrina como descrição que pretende “espelhar” o real) quanto o modelo experiencial-expressivo (doutrina como mera expressão intercambiável de uma experiência supostamente universal), ele fornece um enquadramento para compreender como a teologia oscila entre captura conceitual e dissolução criterial. Sua alternativa — doutrinas como gramática/regras de uso que configuram práticas e critérios internos de inteligibilidade — preserva normatividade e crítica sem identificar a fórmula com o referente, oferecendo, assim, uma base particularmente aderente ao critério antirreificante proposto neste artigo.¹⁸

Portanto, aqui não se pretende repisar as teorias da linguagem, mas mostrar que o pressuposto da transparência (espelho) é metodologicamente insustentável e teologicamente perigoso, porque alimenta a reificação. Ao mesmo tempo, evidencia-se por que abandonar o espelho não implica abdicar de critérios, mas deslocar a discussão para a análise das mediações, usos e práticas interpretativas que constituem o discurso teológico.

Ora, se a linguagem não é espelho e se o discurso é uma prática cultural regulada, torna-se necessário compreender o texto teológico no interior de funções culturais mais amplas — comunicativas, geradoras de sentido e mnemônicas —, isto é, como “texto da cultura”, como veremos na próxima seção.

3. O discurso teológico como “texto da cultura”: funções do texto e consequências metodológicas

3.1. Do “espelho” ao texto: deslocamento do problema

Uma vez criticada a expectativa de transparência (modelo do espelho) e estabilizada a distinção mínima entre enunciado, sentido e referente, o problema metodológico se desloca: não se trata mais de perguntar se a linguagem “reflete” adequadamente uma realidade prévia, mas de compreender como os enunciados operam como textos em práticas sociais, produzindo inteligibilidade,

¹⁷ BERNSTEIN, Richard J. *Beyond objectivism and relativism: science, hermeneutics, and praxis*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1983, p. 165ss.

¹⁸ LINDBECK, 2022.

normatividade e memória. Nesse registro, o discurso teológico aparece menos como “fotografia do divino” e mais como um acontecimento cultural: uma forma historicamente situada de organizar experiências, sedimentar tradições e disputar regimes de sentido no interior de comunidades interpretativas. É para dar conta dessa espessura discursiva que a Semiótica da Cultura, especialmente a partir das formulações de Iuri Lótman, revela-se um instrumental analítico significativo.¹⁹ Ao alçar discursos complexos à categoria de “textos da cultura” — operando como sistemas modelizantes de segundo grau —, Lótman oferece as lentes para se tratar a teologia não como um reflexo passivo, mas como um mecanismo vivo que pensa, gera novas informações e arquiva a visão de mundo de uma comunidade.²⁰

Essa mudança permite mostrar que a patologia da reificação não nasce apenas de “excesso de certeza”, mas do esquecimento de que o discurso teológico, enquanto texto, realiza múltiplas funções culturais. Como demonstra a semiótica lotmaniana, absolutizar fórmulas é, muitas vezes, um erro categorial: significa confundir a “função mnemônica” do texto - sua capacidade estrutural de condensar e reatualizar a herança e a identidade do grupo - com uma pretensão ilegítima de captura ontológica do referente.

3.2. Texto como mecanismo cultural: além da mera transmissão (função comunicativa)

Na semiótica da cultura de Iuri Lótman, “texto” não é apenas um conjunto de frases portadoras de informação; o texto é um mecanismo cultural que organiza a comunicação, mas também a excede, pois participa ativamente da produção de sentidos e da preservação da memória coletiva. Como o semioticista russo propõe, o texto deixa de ser uma embalagem passiva e assume o estatuto de um “dispositivo pensante” e gerador de sentido.²¹ A função comunicativa é real — evidentemente, textos comunicam —, porém não esgota o que um texto faz: ele também molda aquilo que pode ser dito, como deve ser dito, por quem pode ser dito e sob quais condições de reconhecimento.

Para a teologia, esse ponto é decisivo porque ela frequentemente é interpretada (por dentro e por fora) sob o modelo do “canal”: como se sua tarefa fosse transmitir um conteúdo estável (depósito) do passado ao presente, com mínima perda e máxima fidelidade — eis aqui o cerne de uma discussão acirrada sobre o verdadeiro lugar da tradição no fazer teológico! Quando isso acontece, a teologia tende a subestimar o fato de que seu discurso é sempre seleção,

¹⁹ Para maior aprofundamento a respeito das três funções do texto — função comunicativa, função criativa e função mnemônica — ver LÓTMAN, Iuri. *Por uma teoria semiótica da cultura*. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2007.

²⁰ LOTMAN, Iuri. *La semiosfera I: Semiótica de la cultura y del texto*. Valencia: Frónesis, 1996.

²¹ LÓTMAN, 1996.

enquadramento e regulação — e que tais operações são constitutivas, não acidentais.

3.3. Texto como gerador de sentido (função criativa): por que a teologia não é só “repetição”

A segunda função lotmaniana é ainda mais perturbadora para qualquer teologia que queira se compreender como mera reprodução: textos são geradores de sentido. Na perspectiva desenvolvida por Lótman, o texto não é um receptáculo inerte; ele se comporta como um interlocutor que, ao cruzar com novos contextos e novos leitores, não apenas transporta significados já prontos, mas cria informações novas. Em termos metodológicos, isso significa que o sentido não é uma “substância” carregada intacta pela linguagem: ele emerge e se transforma nos processos contínuos de leitura, tradução, disputa e institucionalização.²²

Quando aplicada ao discurso teológico, essa função criativa ajuda a explicar por que doutrinas, confissões e vocabulários teológicos, mesmo quando se apresentam como guardiões da tradição, são também instâncias de produção (e não apenas de conservação) de inteligibilidade religiosa: ao definirem termos, estabelecerem limites e oferecerem “gramáticas” de fala, eles reorganizam o que a comunidade pode reconhecer como fiel, desviado, central ou periférico. A consequência para o nosso argumento é clara: a antirreificação não busca impedir que a teologia produza sentidos (isso seria impossível), mas exigir que ela o faça com vigilância metodológica, reconhecendo que o novo sentido gerado não se converte automaticamente em captura ontológica do referente.

3.4. Texto como memória cultural (função mnemônica): tradição, autoridade e o risco de absolutização

A terceira função lotmaniana — a mnemônica — descreve o texto como dispositivo de memória cultural: textos preservam e transmitem não apenas informações, mas formas de vida, hierarquias de valor, repertórios simbólicos e critérios de pertença. Como pressupõe o próprio Lótman, o texto atua como um condensador de memória, capaz de reter a experiência pretérita do coletivo e reatualizá-la constantemente no presente.²³ Em teologia, essa função é particularmente intensa: Escrituras, credos, catecismos, liturgias e cânones operam como arquivos vivos que estabilizam identidades e sustentam continuidades.

²² LOTMAN, Yuri M. *Universe of the mind: a Semiotic Theory of Culture*. Bloomington: Indiana University Press, 2000.

²³ LOTMAN, 2000.

É precisamente aqui que o risco de absolutização conceitual encontra uma de suas fontes: quando a memória textual é confundida com garantia de transparência ontológica, a tradição pode ser tomada como se fosse a própria realidade referida — e o texto, em vez de ser reconhecido como mediação normativa e histórica, passa a operar como substituto do referente. Contudo, a função mnemônica também não deve ser lida como defeito: ela é o modo como uma comunidade mantém critérios, continuidade e responsabilidade histórica. A sociologia de Danièle Hervieu-Léger se reveste de fundamental importância aqui, na medida em que demonstra que a religião se constitui estruturalmente como uma “linhagem de crença”, dependente de uma memória validada para existir. O problema surge, portanto, quando essa função é reificada, isto é, quando a autoridade da memória textual é convertida em imunização contra a crítica e a revisão, sacralizando a fórmula em detrimento da experiência viva que a originou.²⁴

3.5. Consequência metodológica: por que a antirreificação precisa operar no nível das práticas textuais

Se o discurso teológico é “texto da cultura”, então os riscos diagnosticados na Seção 2 não se resolvem apenas com uma advertência abstrata (“não reifique”): eles exigem um controle metodológico voltado para as práticas textuais concretas em que a teologia funciona — isto é, para os modos pelos quais ela comunica, gera sentido e preserva memória. Em termos do que aqui se propõe, isso prepara o passo seguinte: os critérios derivados do critério-mãe antirreificante (*revisabilidade*, *vigilância semântica* e *responsabilidade hermenêutica*) devem ser formulados de modo a incidir justamente sobre essas funções do texto, para evitar tanto a sacralização da fórmula quanto a dissolução indiferente dos critérios.

Desloca-se, assim, a discussão da falsa oposição “espelho vs. silêncio absoluto” para um terreno mais fecundo e verificável: o da teologia como prática textual culturalmente situada. Se o discurso teológico opera simultaneamente como comunicação, geração de sentido e memória, a tarefa que se impõe não é buscar uma transparência inatingível, mas estabelecer parâmetros de controle que preservem a diferença entre linguagem e realidade. É exatamente para impedir o colapso reificante — sem abdicar da pretensão de sentido — que se apresenta, como desfecho deste artigo, o quadro metodológico a seguir.

4. Quadro metodológico antirreificante: critérios derivados e protocolo de qualificação do dizer teológico

²⁴ HERVIEU-LÉGER, Danièle. *A religião como memória*. São Paulo: Paulinas, 2008.

4.1. Delimitação da contribuição: de uma tese metateológica a um dispositivo metodológico

A tese central que aqui se articula pode ser convertida em contribuição metodológica explícita: se a teologia é uma prática interpretativa inevitavelmente mediada pela linguagem, e se o “espelhismo” é a tentação de tomar essa mediação como transparência — ilusão magistralmente desconstruída pela crítica de Richard Rorty —,²⁵ então o problema decisivo não é a existência de mediações linguísticas (pois elas são constitutivas), mas o seu esquecimento. A questão central deixa de ser “como dizer sem mediação linguística” (o que seria impossível) e passa a ser como avaliar e qualificar racionalmente as mediações do dizer teológico, assumindo, nos termos de David Tracy, a responsabilidade crítica diante da nossa própria “imaginação analógica”.²⁶

É precisamente aqui que a noção de antirreificação ganha densidade científica: ela não funciona como advertência moral (“não absolutize”), mas como metacritério de controle que impede o colapso entre três níveis que precisam permanecer distintos para que haja responsabilidade epistêmica — o enunciado (signo), o sentido (inteligibilidade no uso) e o referente (objeto visado) —, operando na acepção da semiótica de Charles S. Peirce, como já vimos. Esse “não-colapso” não é, de modo algum, um veto à pretensão de verdade da teologia. Pelo contrário, ele a reinscreve numa racionalidade não-espelhistas que, superando o que Richard Bernstein denominou de “ansiedade cartesiana”, admite plenamente a mediação, a revisabilidade e a disputa pública de razões.²⁷

A partir desse critério-mãe, o artigo propõe três critérios derivados, formulados para serem teoricamente justificáveis, operacionais na análise do discurso teológico e capazes de bloquear os dois desvios já diagnosticados: a absolutização conceitual e o ceticismo dissolvente.

4.2. O critério-mãe (antirreificação) em formulação operativa: a disciplina do “não-colapso”

Um enunciado teológico é antirreificante quando, ao produzir normatividade e sentido, não se autoriza como se fosse o próprio referente e não se imuniza contra a crítica. Ele deve reconhecer-se como uma “mediação interpretativa situada”, assumindo, nos termos consagrados pela hermenêutica de Gadamer, a

²⁵ RORTY, 1994.

²⁶ Vale salientar que, para Tracy, esse “controle racional” não é um controle técnico ou dominador, mas, sim, um rigor hermenêutico. Ele acredita que o “Clássico” (a revelação mediada) sempre tem um “excesso de significado” que escapa ao nosso controle total. Portanto, o controle é sobre a *nossa* argumentação e sobre a *nossa* honestidade intelectual ao lidar com as mediações, e não sobre a Verdade em si (TRACY, 1981, p. 102).

²⁷ BERNSTEIN, 1983, p. 16-20.

consciência histórica e a finitude incontornável de toda compreensão.²⁸ Em outras palavras, a antirreificação exige que o discurso teológico não trate a fórmula como “fotografia” do divino, mas, simultaneamente, não transforme a consciência de mediação em licença para a equivalência indiferente de toda e qualquer formulação.

A tríade peirciana torna esse ponto metodologicamente inteligível e operável: todo dizer é signo, o signo visa um objeto (referente), mas o acesso a esse objeto é sempre mediado por interpretantes (processos de sentido e hábitos interpretativos). Essa triangulação impede tanto a ilusão da transparência imediata quanto a dissolução total do referente. O ganho, aqui, é produzir uma base conceitual robusta para a antirreificação como verdadeira disciplina do dizer: o referente não desaparece, mas também não se converte em “propriedade” controlável do enunciado.

No registro estritamente teológico, essa disciplina encontra ressonância na aguda crítica de George Lindbeck. Ele ajuda a traduzir o problema metodológico para o campo dogmático: quando as doutrinas são tratadas como proposições que descrevem o real “tal como ele é” (modelo cognitivo-proposicionalista), a crítica tende a ser percebida como ameaça externa à fé; quando, ao contrário, doutrinas são reduzidas a meras expressões intercambiáveis de experiências íntimas (modelo experiencial-expressivo), os critérios racionais se dissolvem. A antirreificação, nesse sentido, não elimina a doutrina; ela emancipa o seu estatuto. Trata-se de compreender as doutrinas como “gramáticas” — regras de uso que organizam a vida e a linguagem da comunidade cristã sem jamais se confundirem com o próprio referente último.²⁹

Assumir a “disciplina do não-colapso”, portanto, é o movimento metodológico definitivo que resgata a teologia de suas duas maiores tentações contemporâneas: a tentação de absolutização conceitual, que aprisiona o divino na fôrma do conceito, e o “desespero niilista” de abandonar qualquer critério de verdade. Ao sustentar a tensão rigorosa entre a linguagem que usamos e o mistério a que nos referimos, essa disciplina não impõe o silêncio mudo, mas qualifica a fala. É exatamente dessa postura vigilante que emergem os três critérios operativos a seguir, concebidos não para engessar o labor teológico, mas para garantir que ele permaneça, a um só tempo, metodologicamente responsável e eticamente reverente perante o seu objeto.

4.3. Critério derivado 1 - Revisabilidade (falibilismo hermenêutico controlado)

A revisabilidade é a exigência de que toda formulação teológica preserve condições internas de correção e reformulação. Assumir que a compreensão e a aplicação se dão historicamente e sob mediações não implica ceder ao

²⁸ GADAMER, 1997.

²⁹ LINDBECK, 2022.

relativismo, mas adotar uma postura epistemológica madura: um falibilismo hermenêutico que rejeita com igual vigor o fundacionalismo (que engessa o discurso na absolutização) e o relativismo (que o dissolve na indiferença). A patologia da reificação ocorre precisamente quando a fórmula é “soldada” ao referente, passando a operar como captura ontológica. A revisabilidade impede essa soldagem ilegítima ao obrigar o discurso a expor seus pontos de vulnerabilidade argumentativa e hermenêutica. Como demonstra David Tracy, é mediante essa abertura estrutural que a crítica deixa de ser temida como uma ameaça externa à fé e recupera o seu lugar de direito como componente vital e interno do próprio exercício racional teológico.³⁰ Para que esse critério não permaneça no plano das intenções abstratas, propõe-se aqui a aplicação de três marcadores operacionais como testes de revisabilidade para qualificar o discurso:

a) *Teste da paráfrase responsável*: o enunciado pode ser parafraseado (traduzido para outros termos sem perda do seu núcleo de sentido) e ainda permanecer teologicamente reconhecível? Se a resposta for não, há um forte indício de sacralização da forma verbal, onde o signo subsumiu o sentido.

b) *Teste do contraexemplo hermenêutico*: o enunciado é capaz de explicitar o que contaria como uma objeção séria (textual, histórica ou conceitual) capaz de exigir sua reformulação? Se o discurso não admite qualquer cenário de refutação ou ajuste, ele não está operando teologicamente, mas por imunização ideológica.

c) *Teste da historicidade assumida*: o enunciado reconhece sua inscrição em tradições interpretativas específicas e, conseqüentemente, sua condição intrinsecamente contingente e histórica?

A aplicação rigorosa da revisabilidade bloqueia, sobretudo, a absolutização conceitual. Ao serem submetidas a esses testes, as fórmulas teológicas deixam de funcionar como “capturas do real” e retornam ao seu estatuto saudável: mediações históricas normativas, porém sempre criticáveis e perfectíveis.

4.4. Critério derivado 2 - Vigilância semântica (controle de derivações de sentido e de trocas de registro)

A vigilância semântica é o controle explícito das variações de sentido conforme o uso, o contexto, o gênero discursivo e a função do texto, de modo a impedir que deslocamentos silenciosos produzam reificação ou dissolução. A Semiótica da Cultura fornece aqui uma lente decisiva: textos não apenas comunicam, mas geram sentido e preservam memória, e a alternância entre essas funções reconfigura drasticamente o peso normativo dos enunciados. Uma das fontes mais frequentes de reificação não é a intenção explícita de “capturar Deus”, mas um artifício muito mais sutil: a passagem inadvertida entre diferentes “jogos de linguagem” — para usar a consagrada categoria de Ludwig

³⁰ TRACY, 1981.

Wittgenstein — ou registros discursivos.³¹ O colapso ocorre quando a metáfora vira definição, a fórmula litúrgica vira ontologia e a norma pastoral vira descrição estrita do real. Além disso, reconhecer a performatividade de muitos enunciados teológicos é crucial: parte considerável do discurso religioso não está descrevendo o mundo, mas instituindo realidades, autorizando ações, delimitando pertencimentos e produzindo efeitos normativos, como demonstrado por Austin.³² Se esse aspecto pragmático é ocultado e tudo passa a ser lido como descrição objetiva, o espelhismo retorna de modo implícito e a reificação se torna quase inevitável. Para operacionalizar esta vigilância, propõem-se os seguintes testes semânticos:

a) *Teste de adequação de registro*: o enunciado em análise é primariamente descritivo, normativo, confessional, litúrgico ou acadêmico? O discurso sinaliza de forma transparente quando cruza as fronteiras de um registro para outro, ou os mistura para obter vantagens argumentativas indevidas?

b) *Teste de inflação conceitual*: determinado conceito passou a “explicar tudo” no sistema teológico, perdendo assim o seu poder discriminativo e convertendo-se em uma categoria semântica absolutizada e intocável?

c) *Teste de equivalência indevida*: a necessária consciência da polissemia (multiplicidade de sentidos) está sendo instrumentalizada para concluir cinicamente que “tudo dá no mesmo” e que qualquer interpretação equivale a outra? Se sim, há risco iminente de ceticismo dissolvente.

Em suma, a vigilância semântica bloqueia os dois desvios patológicos: impede que a fluidez da forma verbal endureça em “coisa” (absolutização) e, ao mesmo tempo, impede que a pluralidade de usos seja convertida em uma indiferença criterial (dissolução).

4.5. Critério derivado 3 - Responsabilidade hermenêutica (exposição de pressupostos, operações e autoridades)

A responsabilidade hermenêutica é a obrigação de explicitar os pressupostos e as operações interpretativas que conduzem do texto ou da tradição até o enunciado teológico final: recortes, traduções, analogias, correlações, escolhas de autoridade e formas de validação interna. Com Paul Ricoeur, compreendemos que o texto possui um inesgotável “excesso de significação” que abre múltiplas possibilidades de leitura; no entanto, o labor teológico exige que a escolha por uma dessas possibilidades seja rigorosamente argumentada, e não apenas arbitrariamente afirmada.³³ O espelhismo se sustenta, de modo muito frequente, precisamente por essa ocultação do percurso: o enunciado é apresentado como

³¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 27-206.

³² AUSTIN, 1990, p. 22-25.

³³ RICOEUR, 2005.

se emanasse “direto do real” (ou “direto do texto sagrado”), apagando o fato incontornável de que ele é sempre o resultado contingente de operações interpretativas e institucionais. Ao expor a tessitura do seu percurso, a teologia não se enfraquece; pelo contrário, ao tornar-se publicamente criticável, ela se consolida como um saber academicamente robusto e intelectualmente honesto. Para garantir essa transparência operativa, sugerem-se os seguintes testes hermenêuticos:

a) *Teste de rastreabilidade*: é possível rastrear o enunciado até as suas fontes, tradições e operações de leitura explicitadas, ou ele paira no discurso como um axioma sem raízes?

b) *Teste de autoridade declarada*: o texto indica com clareza as instâncias com as quais está operando (Escritura, tradição, magistério, razão, experiência) e demonstra como hierarquiza essas instâncias na resolução de seus impasses?

c) *Teste de gramática doutrinal*: em consonância com a vigilância metodológica já estabelecida, o enunciado assume-se como uma regra/gramática que orienta o falar e o viver da comunidade, ou tenta disfarçar-se de descrição estrita e exata do real?

Nesse sentido, a responsabilidade hermenêutica atua para bloquear a forma mais “fina” e sutil de reificação: aquela que não confessa sua pretensão de captura, mas que, ao funcionar na prática como acesso imediato e não mediado, imuniza o discurso contra qualquer possibilidade de revisão e crítica.

4.6. Protocolo de controle do dizer teológico (síntese em etapas)

Para que a arquitetura metodológica alcance sua dimensão operativa, os critérios debatidos podem ser condensados em um protocolo estruturado de leitura e avaliação. Trata-se, nesse sentido, de um roteiro de qualificação do dizer teológico, formulado em coerência direta com a ideia de teologia como prática interpretativa e com o diagnóstico semiótico do texto como mecanismo cultural.

Portanto, para auditar e resguardar a saúde epistemológica do discurso teológico, propõem-se as seguintes seis etapas analíticas:

1. *Classificar o ato discursivo*: perguntar prioritariamente o que o enunciado *faz* na prática da comunidade. Ele descreve, prescreve, confessa, institui, delimita, exclui ou absolve? É vital explicitar a sua performatividade, não o tratando apenas como um repasse neutro de informações.
2. *Desdobrar a tríade semiótica (signo–sentido–referente)*: identificar com precisão a formulação verbal (o signo), o sentido estabilizado no uso pela comunidade (o interpretante) e o objeto visado (o referente), bloqueando ativamente os colapsos entre essas instâncias.³⁴

³⁴ O mapeamento signo–sentido–referente não é aqui apresentado como algoritmo universal, mas como heurística regulativa: quando a referência não se deixa estabilizar em termos descritivos

3. *Rastrear derivações semânticas e trocas de registro*: verificar rigorosamente se metáforas endureceram em ontologias, se normas pastorais foram travestidas de descrições exatas do real, se gêneros discursivos foram confundidos e se conceitos específicos foram inflados até perderem o poder de discriminação.
4. *Explicitar o percurso hermenêutico e a autoridade mobilizada*: trazer à luz os bastidores do texto, rastreando as operações interpretativas (recortes, escolhas, traduções) e declarando os regimes de autoridade (Escritura, tradição, razão, magistério) que sustentam a afirmação.
5. *Submeter ao teste de revisabilidade*: indicar abertamente o que contaria como uma objeção histórica ou conceitual séria ao enunciado, e avaliar como ele poderia ser parafraseado ou reformulado sem que ocorra a perda do seu núcleo de fé.
6. *Diagnosticar o risco de desvio duplo*: avaliar criticamente para qual extremo o enunciado em questão tende a escorregar: a conversão da doutrina em *captura* idolátrica do referente (absolutização) ou a neutralização total de seus critérios sob a alegação de que toda linguagem é uma ficção fechada (dissolução).

Esse protocolo não substitui a experiência de fé nem o labor da teologia sistemática; ele os qualifica. Ao reinscrever a normatividade numa disciplina racional das mediações, o discurso teológico recusa a ilusão arrogante do espelho e o desespero do ceticismo, garantindo que o rigor metodológico não seja inimigo, mas guardião da responsabilidade perante o mistério.

Conclusão

Este artigo partiu de uma pergunta simples e, ao mesmo tempo, decisiva para a teologia: como sustentar um dizer teológico responsável que reconheça os limites da linguagem, sem recair na ilusão de transparência (linguagem como espelho) e sem capitular ao relativismo que dissolve critérios. A resposta foi construída ao deslocar o foco do “acerto representacional” para a qualificação das mediações: a teologia foi delimitada como prática interpretativa (e, portanto, inevitavelmente discursiva), o espelhismo foi criticado como pressuposto que alimenta colapsos entre enunciado, sentido e referente, e o discurso teológico foi situado como texto da cultura, isto é, como prática que comunica, produz sentido e preserva memória. Esse percurso permitiu formular a tese central do trabalho: a antirreificação não é ornamento de modéstia, mas critério-mãe de

(casos performativos, doxológicos ou apofáticos), o próprio “fracasso” do mapeamento funciona como indicador de registro e impede a reificação por literalização indevida.

responsabilidade epistêmica, cujo núcleo busca impedir que fórmulas funcionem como substitutos do real.

A contribuição específica do artigo consiste na conversão dessa tese em um quadro metodológico operável, com critérios derivados (*revisabilidade, vigilância semântica e responsabilidade hermenêutica*) e um protocolo de qualificação do dizer teológico. Em vez de propor apenas uma advertência geral contra absolutizações, o texto oferece um conjunto mínimo de testes e perguntas de leitura capazes de identificar (e bloquear) os dois desvios recorrentes diagnosticados: a absolutização conceitual, quando a crítica passa a ser percebida como ameaça externa ao próprio referente, e o ceticismo dissolvente, quando a consciência da mediação é instrumentalizada para neutralizar qualquer critério. Assim, o artigo sustenta que é possível afirmar normatividade e pretensão de sentido sem confundir normatividade com captura ontológica, e sem reduzir a teologia a um jogo indiferente de formulações.

Os limites do estudo decorrem de sua própria delimitação metodológica: trata-se de uma investigação teórico-conceitual, voltada à explicitação do problema, à justificação do critério antirreificante e à formalização de um quadro analítico aplicável ao discurso teológico. Por isso, o artigo não inclui, neste momento, análises sistemáticas de casos textuais ou de contextos teológicos delimitados. A aplicação do quadro proposto a situações situadas — dogmáticas, históricas, exegéticas, litúrgicas, teológico-pastorais ou de debate público — permanece como desdobramento posterior da pesquisa, tanto para seu teste quanto para seu refinamento. Do mesmo modo, ficam reservados para outros trabalhos o desenvolvimento do paradigma cartográfico (mapa ≠ território), a exploração da teologia como hermenêutica do evento e a análise crítica de algumas metáforas da linguagem. Ainda assim, as consequências da proposta já podem ser indicadas: o quadro antirreificante oferece um instrumento de autocorreção para a teologia, favorece maior clareza quanto aos atos discursivos e aos registros em disputa e explicita condições para um debate ao mesmo tempo comprometido e criticável, isto é, intelectualmente responsável sob os limites constitutivos da linguagem.

Referências

- ADORNO, Theodor W. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BERNSTEIN, Richard J. *Beyond objectivism and relativism: science, hermeneutics, and praxis*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1983.
- ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

- GEFFRÉ, Claude. *Como fazer teologia hoje: hermenêutica teológica*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. *A religião como memória*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- LINDBECK, George A. *A natureza da doutrina: religião e teologia em uma era pós-liberal*. Campinas: Aldersgate, 2022.
- LOTMAN, Iuri. *La semiosfera I: Semiótica de la cultura y del texto*. Valencia: Frónesis, 1996.
- LÓTMAN, Iuri. *Por uma teoria semiótica da cultura*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007.
- LOTMAN, Yuri M. *Universe of the mind: a Semiotic Theory of Culture*. Bloomington: Indiana University Press, 2000.
- MARION, Jean-Luc. *God without being: hors-texte*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- REDDY, Michael J. The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language. In: ORTONY, Andrew (Ed.). *Metaphor and thought*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- ROCHA, Abdruschin Schaeffer; ROCHA, Alessandro Rodrigues. O pensamento ficcional e seus desdobramentos na formulação dos discursos teológicos. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 16, n. 51, p. 1107-1127, set./dez. 2018.
- RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2006.
- SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. *The mathematical theory of communication*. Urbana: University of Illinois Press, 1949.
- SOSKICE, Janet Martin. *Metaphor and religious language*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- TILLICH, Paul. *Dinâmica da fé*. São Leopoldo: Sinodal, 1985.
- TRACY, David. *The analogical imagination: Christian Theology and the culture of pluralism*. New York: Crossroad, 1981.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Submetido: 05/04/20206

Aprovado: 09/07/2026